

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 1 | edição nº 2 | 2012

*A Política Econômica e as Estratégias
de Desenvolvimento do Governo
Chávez*

Ademil Lucio Lopes

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

*A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A Política Econômica e as Estratégias de Desenvolvimento do Governo Chávez¹

Ademil Lucio Lopes²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discutir os resultados das políticas de desenvolvimento adotadas pelo governo Chávez no período de 1998-2008, tendo como referência os objetivos explicitados nos planos de desenvolvimento apresentados pelo governo nesse período, que destacavam a necessidade em se buscar um novo modelo econômico para o país que superasse o modelo rentista, tido como responsável principal pela crise econômica enfrentada pela Venezuela desde meados da década de 80. Dessa forma, seria fundamental constituir uma economia diversificada e menos dependente da renda petrolífera.

Palavras-chaves: *Venezuela; rentismo; Chávez; socialismo bolivariano; economia venezuelana.*

Policy and Economic Development Strategies of Chavez Government

Abstract: This article aims to discuss the results of development policies adopted by the Chavez government in the period 1998-2008, with reference to the objectives spelled out in the development plans submitted by the government during this period, which highlighted the necessity to seek a new economic model for the country to overcome the rentier model, considered the main culprit behind the economic crisis faced by Venezuela since the mid 80s. Thus, it is essential to build an economy diversified and less dependent on oil revenue.

Keywords: *Venezuela; profiteering; Chavez; Bolivarian Socialism; the Venezuelan economy.*

¹ Este artigo com algumas alterações refere-se a dados e informações expostos na tese de doutorado denominada “O governo Chávez e o ensaio de superação do rentismo venezuelano: do nacionalismo bolivariano ao socialismo do século XXI”, defendida na Faculdade de Ciências e Letras – UNESP (Universidade Estadual Paulista) – Campus Araraquara.

² Economista e Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras – UNESP (Universidade Estadual Paulista) – Campus Araraquara/SP-Brasil. Email: aluciolopes@terra.com.br.

Introdução

A Venezuela desde o momento em que as exportações de petróleo e a indústria petrolífera se constituíram nas principais atividades econômicas do país, já a partir da década de 20, do século passado, construiu uma estrutura econômica pouco diversificada e dependente dos recursos petrolíferos. O constante fluxo de dólares, resultado das exportações de petróleo possibilitaram ao país manter a taxa de câmbio sobrevalorizada por quase cinquenta anos³, sancionando uma grande capacidade de importar.

A Venezuela devido às exportações de petróleo, não sofreu os estrangulamentos externos causados pela falta de divisas como os demais países da América Latina, com isso, o processo de substituição de importações venezuelano foi iniciado tardiamente em meados da década de 60 e não se completou, não apenas pelo excesso de divisas, como também devido a problemas gerenciais, além do excessivo clientelismo da política industrial. O setor agrícola também não se desenvolveu pela inexistência de políticas adequadas de incentivos ao setor e também devido à grande capacidade de importar do país.

Dessa forma, a demanda venezuelana foi principalmente satisfeita por meio das importações, sejam de bens de consumo, como também de insumos industriais de todo o tipo, já que a maior parte do setor industrial apenas era responsável pelas atividades finais (montagem) dentro das respectivas cadeias produtivas.

Além desses fatores, desde meados da década de 30, a partir da consolidação da indústria petrolífera no país, a própria demanda interna passou a depender fundamentalmente da capacidade de gastos por parte do Estado venezuelano, que concentrava através da tributação dos excedentes gerados pelo setor, grande parte da renda advinda das atividades relacionadas às exportações de petróleo. Configurando uma economia cuja dinâmica se conformava em bases claramente rentistas.

A dependência do país as exportações e ao preço do petróleo tornou-se insustentável a partir de meados da década de 80 quando o preço do petróleo caiu vertiginosamente levando consigo toda a economia venezuelana. A crise econômica e a conseqüente deterioração das condições sociais do país tiveram como resultado uma sucessão de crises políticas que implodiu todo o sistema político venezuelano constituído em 1958 com o pacto de *Punto Fijo*.

³ Praticamente no período entre o final da década de 30 até o ano de 1989 a paridade entre o bolívar e o dólar se manteve fixa

A eleição de Chávez para a presidência do país foi fruto desse turbulento contexto econômico e da grave crise no modelo rentista, devido ao baixo preço do petróleo naquele momento e do colapso do sistema político venezuelano, que já vinha se desenhando desde o final da década de 90.

É fundamental destacar o fato de que em relação à economia do país, os documentos apresentados pelo movimento liderado por Hugo Chávez (desde os momentos iniciais, quando ele passou a ganhar maior relevância política; depois, já organizado como partido político como participante do processo eleitoral, e, posteriormente, como governo) sempre destacaram a necessidade urgente de tornar a economia venezuelana menos dependente da renda petroleira. Na avaliação desses documentos, o modelo rentista havia se esgotado e grande parte das crises econômicas vividas pelo país era resultado da dependência da economia venezuelana em relação a uma *commoditie* que tem como característica certa instabilidade, o que, obviamente, contaminava toda economia do país. Desta forma, quando o preço do petróleo ficou estagnado em patamares muito baixos a economia venezuelana entrou em colapso, pois a maior parte da renda que a dinamizava provinha dessa atividade.

A maior parte dos documentos publicados pelo governo venezuelano em relação aos objetivos da política econômica e dos planos de desenvolvimento procura demonstrar que para o país crescer de forma estável e sustentável (e até para o sucesso de qualquer política social) seria fundamental a criação de mais empregos⁴. E isso só poderia ser viabilizado pela formação de um setor produtivo de capital nacional que, junto ao Estado, alcançasse a necessária diversificação da estrutura produtiva do país. Foi com essa interpretação do processo histórico venezuelano que o governo de Hugo Chávez se empenhou pela aprovação da nova constituição, alterou a legislação petroleira, passou a controlar completamente a PDVSA, derrotou a oposição e também justificou inúmeras elevações do preço do petróleo, a partir de 2000.

A sucessão de crises políticas e a crescente polarização entre o governo e a oposição, da qual fazem parte grande parcela do setor privado, teve como resposta do governo Chávez, uma mudança em sua estratégia econômica. Nesse sentido, o governo tem buscado maior controle sobre a atividade produtiva, através das estatizações de empresas privadas, criação de várias empresas estatais destinadas a produção de bens alimentícios e duráveis e incentivos a

⁴ “Por lo que el cambio estructural de una economía rentista a otra de tipo productivo permitirá mejorar la calidad de vida de La mayoría de los venezolanos...” (Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2002-2007, p. 8, 2001).

novas formas de organização produtivas, como a formação de cooperativas e as empresas de produção social (eps)⁵. Essas mudanças têm sido empreendidas pelo governo Chávez em um contexto de elevação do preço do petróleo e são parte do novo modelo econômico, denominado como socialismo bolivariano do século XXI. Entretanto, em relação à economia do país, o objetivo destacado no Plano de desenvolvimento socialista, continuou sendo o de buscar a necessária diversificação da economia venezuelana.

O presente artigo se propõe a analisar através da apresentação e discussão de um conjunto de dados acerca do comportamento da economia venezuelana durante o governo de Hugo Chávez, no período de 1998-2008, se efetivamente teve sucesso em seu objetivo de diminuir a dependência da economia do país em relação ao petróleo, de diversificar a estrutura produtiva, enfim, de alcançar ou, pelo menos, iniciar esse processo, considerado fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, como está expresso em vários documentos publicados pelo governo.

O artigo está dividido em quatro seções, em que na primeira são apresentadas em linhas gerais as principais características da política macroeconômica do governo Chávez; na segunda seção são apresentados e discutidos alguns dados gerais sobre a economia do país que possibilitam estabelecer alguma tendência em relação às consequências das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelo governo Chávez; na terceira e quarta seção são apresentadas informações relativas ao desempenho do setor industrial e agrícola nesse período, de forma a possibilitar uma análise mais detalhada sobre o comportamento do setor produtivo no sentido de verificar se estão ocorrendo mudanças nesses setores que sinalizem uma maior diversificação da economia venezuelana; na última seção são apresentadas as considerações finais.

Aspectos gerais da política econômica do governo Chávez

A política macroeconômica no início do governo foi administrada de forma conservadora, com ênfase em uma política fiscal restritiva pautada pelo controle dos gastos públicos e pela utilização da âncora cambial, para contribuir com os esforços do governo em estabilizar os preços, controlando a inflação.

⁵ As empresas de produção social são definidas como empresas dedicadas à produção de bens e serviços, e são geridas de forma igualitária por todos os trabalhadores independentemente da função que ocupam, além disso, os ganhos são distribuídos de forma igualitária.

A nova Constituição de 1999, basicamente tinha como objetivo principal eliminar o sistema político anterior, refundar o Estado venezuelano, pois, a partir dela, estaria comprometido com a garantia de um conjunto de mudanças e direitos sociais. A nova Constituição também estabeleceu mudanças nas relações políticas no país buscando a construção de uma democracia caracterizada por maior participação popular.

Entretanto, no âmbito econômico, a Constituição de 1999 não promoveu nenhuma alteração profunda, pois manteve o direito à propriedade privada, liberdade econômica e o compromisso do Estado com a promoção da iniciativa privada. A referida Constituição também garantiu a autonomia do Banco Central, proibindo também que essa instituição fosse utilizada como financiadora do déficit fiscal do governo, além de criar um conjunto de normas que passaram a regular a gestão financeira do setor público.

Desta forma, a política macroeconômica adotada nos primeiros anos do governo Chávez, entre 1999-2003, foi uma política em linhas gerais, ortodoxa, pois em um contexto econômico bastante complicado, caracterizado pela estagnação da atividade econômica e inflação elevada, como podemos observar na tabela 1 que mostra o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas em que se destacam o PIB, os investimentos produtivos e a inflação que naquele momento, não permitiu que o governo adotasse uma política de expansão de gastos para reativar a economia. Em relação à variação do PIB e o comportamento do investimento produtivo, esses agregados apresentaram no período um comportamento bastante negativo, em um contexto, de grande fragilidade política do governo recém-eleito. Ao quadro das dificuldades existentes soma-se o baixo preço do petróleo no momento.

Tabela 1. Venezuela: Indicadores macroeconômicos (1998-2003)

Ano	PIB(var. real)%	Investimento (var. real)%	Taxa de investimento (% PIB)	Gasto público (var%)	Inflação (IPC)%	Preço médio do petróleo em dólares
1998	0,3	4,4	28,8	0,8	35,8	13
1999	-6,0	-10,6	27,4	2,9	23,6	18
2000	3,7	6,7	28,2	4,6	16,2	28
2001	3,4	13,6	30,9	6,2	12,5	24
2002	-8,9	-34,0	22,4	6,2	22,4	25
2003	-7,8	-35,5	15,7	2,3	31,1	29

Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: ww.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009).

Nesse período, o governo também enfrentou uma série de crises políticas e institucionais, destacando-se a tentativa de golpe e a greve petroleira que paralisou a economia do país. O resultado dessas crises para a economia venezuelana foram extremamente negativos, pois, como também podemos observar na mesma tabela 1, a variação do PIB em 2002 foi de queda de 8,9% e de 7,8% em 2003; já os investimentos produtivos também caíram de forma brutal neste anos, 34% e 35,5%. Mesmo o gasto público, em função da política fiscal restritiva, apresentou um baixo crescimento se considerarmos a dependência da economia venezuelana em relação à despesa pública. A queda do PIB durante esse biênio foi tão contundente que o PIB per capita foi apenas ligeiramente superior ao do ano de 1955 (Granadillo, 2009).

Entretanto, a partir de 2003, o governo iniciou um processo claro de mudanças no gerenciamento da economia do país, em direção a um controle maior sobre os recursos econômicos. Em fevereiro de 2003, com o objetivo de controlar a saída de dólares do país fixou a taxa de câmbio em US\$ 2,15, causando maior sobrevalorização do bolívar e passou também a controlar a saída de divisas, através da *Comisión de Administración de Divisas* (CADIVI), órgão responsável por esse controle. Com o objetivo de controlar a inflação, devido à escassez de uma série de bens de consumo, resultado da greve petroleira que teve o apoio de grande parte do setor produtivo, o governo Chávez também iniciou o controle dos preços dos bens de consumo básicos.

A partir do ano de 2004, o preço do barril de petróleo, iniciou um movimento de forte ascensão, pois, se, em 2003 era de US\$ 29,00, em 2008, o preço médio subiu para US\$ 97,00. Dessa forma, a partir de 2004, impulsionada pelo preço do petróleo, a ampliação das receitas provenientes da exportação do mineral, possibilitou uma forte expansão dos gastos públicos, que alavancaram o crescimento da economia venezuelana no período de 2004-2008, como podemos observar na tabela 2, não apenas pelo dinamismo do crescimento do PIB como também pelo crescimento do investimento agregado do período.

Tabela 2. Venezuela: Indicadores macroeconômicos (2004-2008)

Ano	PIB (var. real)%	Investimento (var. real %)	Taxa de investimento (% PIB)	Gasto público (Var%)	Preço médio do petróleo
2004	18,3	91,3	25,3	15,2	38
2005	10,3	30,5	30,0	14,6	53
2006	10,3	31,6	35,7	14,3	64
2007	8,4	26,6	41,7	8,8	71
2008	4,8	2,9	41,0	12,3	97

Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009).

Portanto, a partir do ano de 2003, ocorreu uma clara mudança na política econômica adotada pelo governo, que partiu para seu controle mais estrito, além da adoção de políticas monetárias e principalmente fiscais expansivas, possibilitadas pela disparada dos preços do petróleo. A ameaça de perder o cargo devido ao referendo revogatório pedido pela oposição também foi fundamental para mudança na condução da economia, pois, a partir de 2004, ano do referendo o governo adotou uma política muito forte de aumento dos gastos sociais.

A nova conjuntura política e a elevação substancial do preço do petróleo deram ao governo as condições necessárias para que este pudesse iniciar as mudanças em direção a um novo modelo socioeconômico definido por Chávez como “socialismo bolivariano do século XXI”. As principais mudanças ocorrem no sentido de promover uma nova organização social e política que passa ao largo das instituições políticas tradicionais, como a formação de assembleias populares e outras formas de organização popular, que possuem interlocução direta com o governo sem mediação de governos e assembleias regionais. No campo econômico, estatizações de importantes setores da economia, formação de cooperativas e um espaço cada vez menor para as empresas privadas na economia do país.

O governo estatizou empresas como a siderúrgica SIDOR, a empresa de telecomunicações *Compañía Anónima Nacional Teléfonos* de Venezuela (CANTV), a eletricidade de Caracas, além das indústrias de cimento, produção de leite, outras usinas siderúrgicas, aço e o Banco da Venezuela. As estatizações promovidas no ano de 2008 tiveram um custo de 3.500 milhões de dólares (Guerra, 2009).

Segundo Alvarez (2007), a estratégia econômica efetuada pelo governo Chávez a partir de 2006, com a forte elevação do preço do petróleo, baseou-se na formação de cooperativas e empresas públicas como a *Compañía Nacional de Industria Básica* (CONIBA), responsável pelo controle de onze empresas de produção social. Outra

característica importante dessa nova estratégia econômica é a pequena participação das empresas privadas. Foram criadas várias empresas de produção social nos setores têxtil, produção de papel, montagem de automóveis, produção de alimentos, etc.

No setor agroindustrial, o Estado criou, no ano de 2005, a *Corporación Venezolana Agraria* (CVA), que tem como função controlar a produção, industrialização e comercialização dos principais produtos de origem agrícola. Além de também controlar a comercialização de insumos agrícolas e fertilizantes.

Dentro da nova estrutura produtiva desenhada pelo governo, desempenha importante papel o Ministério da Economia Popular (MINEP), responsável pela institucionalização da missão *Vuevan Caras*, programa que incentiva a capacitação profissional e a formação de microempresas e cooperativas, além da formação de novas instituições micro financeiras que financiem os pequenos empreendimentos. O MINEP também é responsável por criar e coordenar novas políticas de desenvolvimento que promovam as microempresas, cooperativas e outras estruturas produtivas que possam ser caracterizadas como empresas de produção social, além de proporcionar infraestrutura e assistência técnica a essas empresas e promover a integração com as empresas estatais para que elas efetuem encomendas e demandem serviços das empresas de produção social (Lander e Navarrete, 2007).

O novo modelo econômico adotado pelo governo Chávez também tem incentivado a adoção do sistema de cogestão, que consiste na administração compartilhada das empresas entre governo e trabalhadores, esse modelo implantado em algumas empresas estatais e empresas privadas expropriadas pelo governo.

Esse modelo é ancorado em grande elevação dos gastos correntes do governo, subsídios aos bens de consumo, crédito barato para a compra de casas e automóveis, importações de alimentos, que são distribuídos e vendidos de forma direta através dos mercados públicos controlados pelo governo (Mercal), além de transferências diretas por meio das *Misiones*, em que o governo fornece a população serviços médicos e educativos. A tabela 3 mostra a evolução dos gastos sociais do governo Chávez em relação ao gasto público total. A evolução dos gastos sociais comprova que a elevação da receita proveniente das exportações de petróleo tem sido, em grande, parte canalizada para o incremento dos gastos sociais.

Tabela 3. Venezuela: Gasto Social do Governo (1998-2006)

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Gasto Social (% do Gasto Público)	34,7	52,13	50,53	52,81	55,43	53,29	61,40	57,67	54,87	60,69	58,18

Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp (2009).

A PDVSA também tem contribuído decisivamente na elevação dos gastos sociais, além de constituir-se na principal fonte de receitas do Estado. A tabela 4 apresenta a evolução dos gastos sociais diretos da PDVSA e também do aporte de recursos ao FONDEN, que efetivou gastos principalmente em infraestrutura. Deve-se destacar o grande incremento dos gastos sociais da estatal após o fim da paralisação da empresa em 2002 e, posteriormente, com a recuperação do preço do petróleo.

Tabela 4. Gastos Sociais da PDVSA em milhões de dólares (2001-2007)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Missões e programas sociais	34	14	249	1.216	2.562	4.072	5.693
FONDEN					1.525	6.855	6.761
Habitação e projetos agrícolas			300	3.100	3.200	1.066	1.443
Total de investimentos da PDVSA em desenvolvimento social mais FONDEN	34	14	549	4.316	7.287	11.993	13.987

Fonte: PDVSA. Relatório financeiro 2006-2007.

A grande elevação dos gastos sociais e as necessidades de mais investimentos por parte do Estado para viabilizar o projeto socialista denotam a dependência do governo Chávez em relação ao desempenho do preço do petróleo, essencial para a manutenção dos gastos sociais e dos necessários investimentos para a modernização da infraestrutura do país. Essa dependência se tornou maior com o aumento do grau da conflituosidade do governo com o setor produtivo privado (Gonçalves, 2009).

O governo Chávez, também em 2005, reformou a lei do Banco Central da Venezuela (BCV) e criou o Fundo de desenvolvimento Nacional (FONDEN). As mudanças na lei do BCV possibilitaram que o governo pudesse utilizar parte das reservas acumuladas pelo BCV para efetuar gastos em saúde, educação, infraestrutura. O FONDEN, desde sua criação (2005) até o ano de 2008, recebeu do BCV e da PDVSA mais de US\$ 5 milhões (Guerra, 2009). A criação desse fundo e a utilização das reservas possibilitaram ao governo constituir um

orçamento paralelo não regulado pela legislação orçamentária, estabelecida na Constituição de 1999, além do fato de que a utilização do BCV no financiamento de déficits fiscais é proibida por ela (Guerra, 2009). A utilização do orçamento paralelo permitiu ao governo monetizar as reservas duas vezes: uma vez quando compradas pela PDVSA, com a emissão de moeda e posteriormente quando o governo recorre a esses recursos para efetuar gastos. O governo Chávez também tem sistematicamente estabelecido um preço de venda do petróleo abaixo do preço efetivo de venda, pois dessa forma pode encobrir a quantidade real de recursos que recebe, enviando uma quantidade menor aos Estados e municípios. Por exemplo, em 2008 o preço de referência foi fixado em US\$ 36 por barril, entretanto o preço efetivo no ano foi de US\$ 89,08, sendo toda essa diferença absorvida pelo governo federal, que utilizou esses recursos para aumentar, especialmente, os gastos públicos (Maya e Lander, 2009). Desta forma, tem paulatinamente concentrado uma quantidade cada vez maior de recursos, que ficam à margem dos mecanismos de controle estabelecidos pela Constituição (Guerra, 2009).

Segundo Granadillo (2009), um importante indicador da concentração dos recursos petrolíferos nas mãos do Estado pode ser observado pela menor participação dos salários no PIB, paralelo à elevação dos excedentes de exportações em relação PIB. Pois, entre 1998 e 2005, a participação dos salários foi reduzida de 35,6% do PIB para 26,5%; por outro lado, o excedente de exportações passou de 35,5%, para 46,3% do PIB. Nesse mesmo período, o excedente das exportações de petróleo apropriado pelo Estado, através de impostos sobre lucros e dividendos distribuídos entre os acionistas, subiu de 30,5% para 59,1%. Esses recursos possibilitaram o grande aumento do gasto público nos últimos anos.

Após as eleições de 2006, em que o presidente Chávez foi reeleito, foi iniciada uma mudança radical na economia em direção à sua organização sob uma base de forte controle do Estado sobre a estrutura produtiva venezuelana. Entretanto, como podemos observar na tabela 5 não houve mudanças significativas na participação patrimonial dos setores público e privado no PIB venezuelano durante esse período. Por outro lado, as medidas econômicas adotadas pelo governo Chávez têm dificultado a sobrevivência do setor privado, pois no ano de 2008 o crescimento do setor privado em relação ao ano anterior foi nulo (Lopes, 2011).

Tabela 5. Venezuela: Participação percentual dos setores público e privado no PIB (2004-2008)

Ano	Setor Público/PIB	Setor Privado/PIB
2004	30,22	49,89
2005	28,17	44,42
2006	26,33	41,90
2007	26,03	41,88
2008	28,90	48,66

Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009).

O marco institucional venezuelano, aliado ao grande volume de recursos petrolíferos nos últimos anos, permitiu ao governo um grau de liberdade elevado o suficiente para impor sua agenda sem qualquer tipo de concessão, acordo ou consenso. Enquanto o preço do petróleo se mantém elevado, o governo possui os recursos necessários para promover as mudanças que considera fundamental para completar a transição para o socialismo.

O socialismo rentista do governo Hugo Chávez

O governo Chávez, em seu início, como expresso em vários documentos públicos e declarações do presidente, considerava fundamental a diversificação da economia venezuelana e a superação de seu caráter rentista devido às distorções que essa dependência em relação às exportações de petróleo historicamente causou a economia do país. As dificuldades que teve de enfrentar no início de seu governo eram também resultado dessa dependência da economia em relação ao preço do petróleo, que naquele momento se encontrava em um patamar baixo, restringindo a capacidade de investimentos do Estado, e em consequência, do dependente setor privado venezuelano. Portanto, o governo Chávez sempre destacou a necessidade de romper com o modelo econômico dependente das exportações de petróleo e a importância em tornar a economia venezuelana menos fragilizada diante das constantes variações do preço do mineral.

A análise sobre o desenvolvimento da economia venezuelana durante o governo Chávez deve obrigatoriamente buscar elementos para discutir a manutenção ou não do seu caráter rentista. Com esse objetivo, analisaremos algumas informações econômicas mais gerais que possam estabelecer alguma tendência por parte da economia venezuelana em direção a uma menor dependência à renda petrolífera.

Na tabela 6, pode ser observado que as exportações de petróleo durante o governo Chávez (a partir de 1999), a despeito das intenções manifestadas em seu início que consideravam fundamental para o crescimento estável da economia venezuelana uma menor dependência em relação às exportações de petróleo, o que podemos observar é que, durante seu governo, essas exportações responderam por uma fatia maior das exportações totais do país: no ano de 1999, elas equivaliam a 25,2% do PIB, e saltaram para 45,4% em 2006, resultado do grande aumento dos preços do petróleo a partir de 2004. Este aumento sinalizou um grande incremento dos recursos advindos das exportações de petróleo, o que permitiu ao governo ampliar seus gastos e sustentar a expansão da economia venezuelana, fato comprovado pelo considerável aumento do PIB a partir de 2003, ano que marcou o início da recuperação da economia venezuelana após a greve geral deflagrada pela PDVSA e que paralisou a economia do país em 2002. A tabela também indica a maior concentração da pauta de exportações do país em apenas um produto, pois, no período 1999-2008, a participação das exportações de petróleo nas exportações totais aumentou de 80% para 93,8%, fortalecendo o caráter monocultor e dependente da estrutura produtiva do país.

Tabela 6. Venezuela: Exportações e participação do petróleo nas exportações totais (1990-2006)

Ano	PIB Total	Exportações totais	Exportações de petróleo	Exportações totais/PIB	Exportações de petróleo/PIB	Exportações de petróleo/Exp ort. Totais
1990	59.384	15.947	12.582	26,9	21,2	78,8
1993	69.472	17.586	11.712	25,3	16,9	66,5
1995	70.642	20.753	14.818	29,4	21,0	71,4
1996	70.650	22.481	16.524	31,8	23,4	73,5
1997	75.503	24.311	18.889	32,2	25,0	77,6
1998	75.959	25.315	17.391	33,3	22,9	68,6
1999	71.793	22.632	18.106	31,5	25,2	80,0
2000	74.501	24.240	20.192	32,5	27,1	83,3
2001	77.091	24.123	19.709	31,3	25,6	81,7
2002	70.157	22.280	17.914	31,8	25,5	80,4
2003	101.836	28.277	22.876	27,8	22,5	80,8
2004	120.458	40.706	33.786	33,8	28,0	83,0
2005	132.905	57.475	49.658	43,2	37,4	86,3
2006	146.638	66.609	59.748	45,4	40,7	89,6
2007	154.946	70.777	62.993	45,6	40,6	89
2008	162.355	97.300	91.290	59,9	56,2	93,8

Fonte: CEPAL. Cadernos Estatísticos, 1950/2002 e Anuário Estatístico da América Latina Y Caribe. (2009).

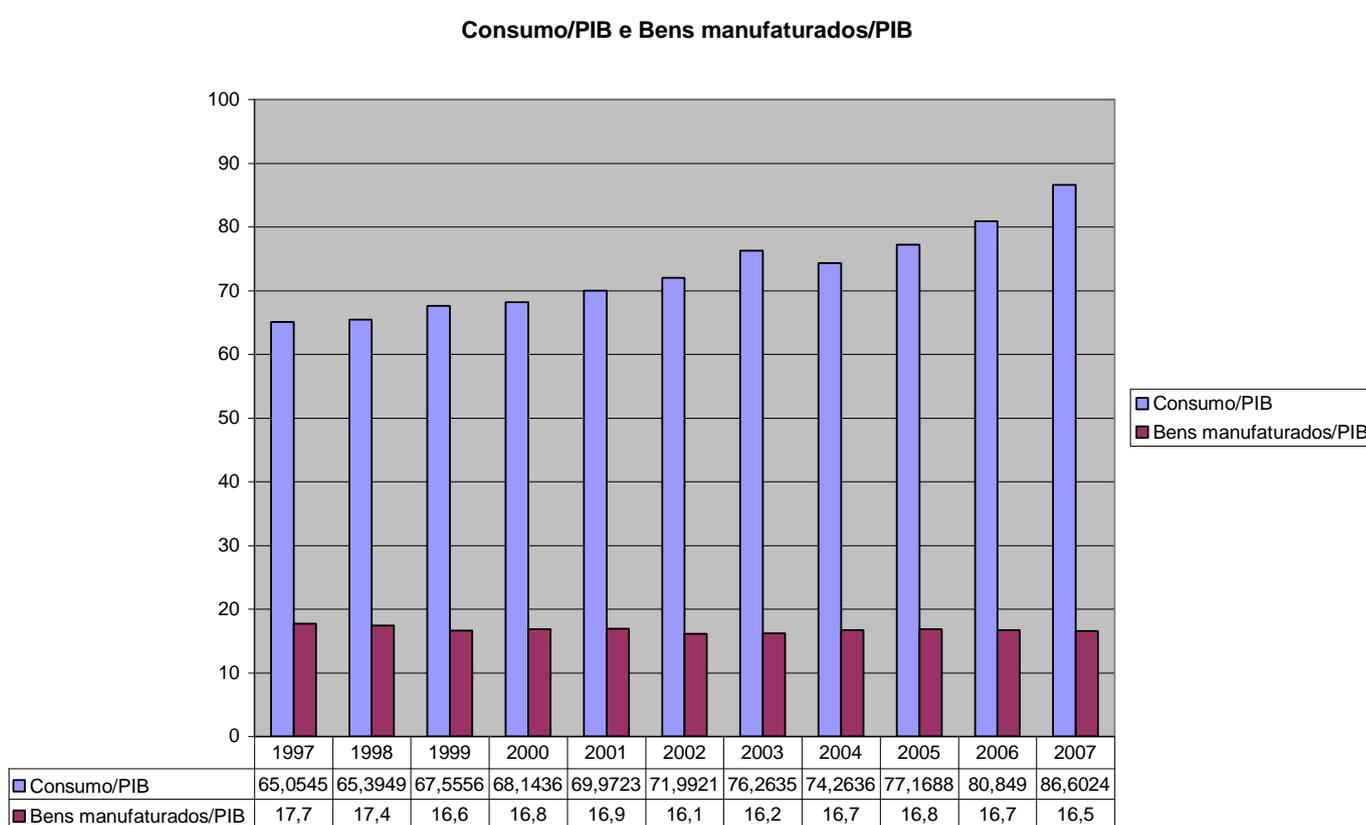
*OBS.: PIB e exportações em US\$ milhões a preços de 1995 (1990 a 2002) e a preços de 2000 (2003 a 2008) *apud* Romina, 2008.

Outro elemento fundamental para a compreensão da importância do setor petrolífero na Venezuela, pois nos últimos anos ocorreu um importante incremento da arrecadação tributária do governo em relação a esse setor, principalmente quando analisamos a evolução dos recursos fiscais não tributários (dividendos, royalties) daí provenientes, pois no período 1999-2006 a arrecadação nessa modalidade, saltou de 4,4% do PIB para 10,5% em 2007. A arrecadação proveniente do setor petrolífero representou 54,3% da arrecadação tributária em 2007 e, quando consideramos a proporção dos ingressos fiscais totais petrolíferos em relação à arrecadação total do país, a dependência da capacidade de gasto do Estado em relação ao setor fica mais nítida: no ano de 2007 essa proporção atingiu 89,7% do total arrecadado pelo governo venezuelano (Lopes, 2011). Tais números são relevantes, pois comprovam que a elevação dos gastos sociais, principal responsável pela grande popularidade do governo Chávez, principalmente entre as camadas populares venezuelanas, tem sido sustentada

totalmente pelos recursos obtidos com as exportações de petróleo, além de retratar a insignificância dos demais setores da economia como fontes de arrecadação do Estado.

A grande expansão do consumo agregado pode ser observado no gráfico 1: ele representava 65% do PIB venezuelano em 1997, já em 2007 saltou para 86,6% do PIB, uma elevação de impressionantes 76,6 % em uma década. Nesse sentido, deve-se destacar o fato de que a Venezuela, mesmo com o crescimento bastante elevado em seu consumo agregado, não teve como resultado maior participação da produção de manufaturados em relação ao PIB do país, que permaneceu estagnada no período.

Gráfico 1. Consumo/PIB e Bens manufaturados/PIB



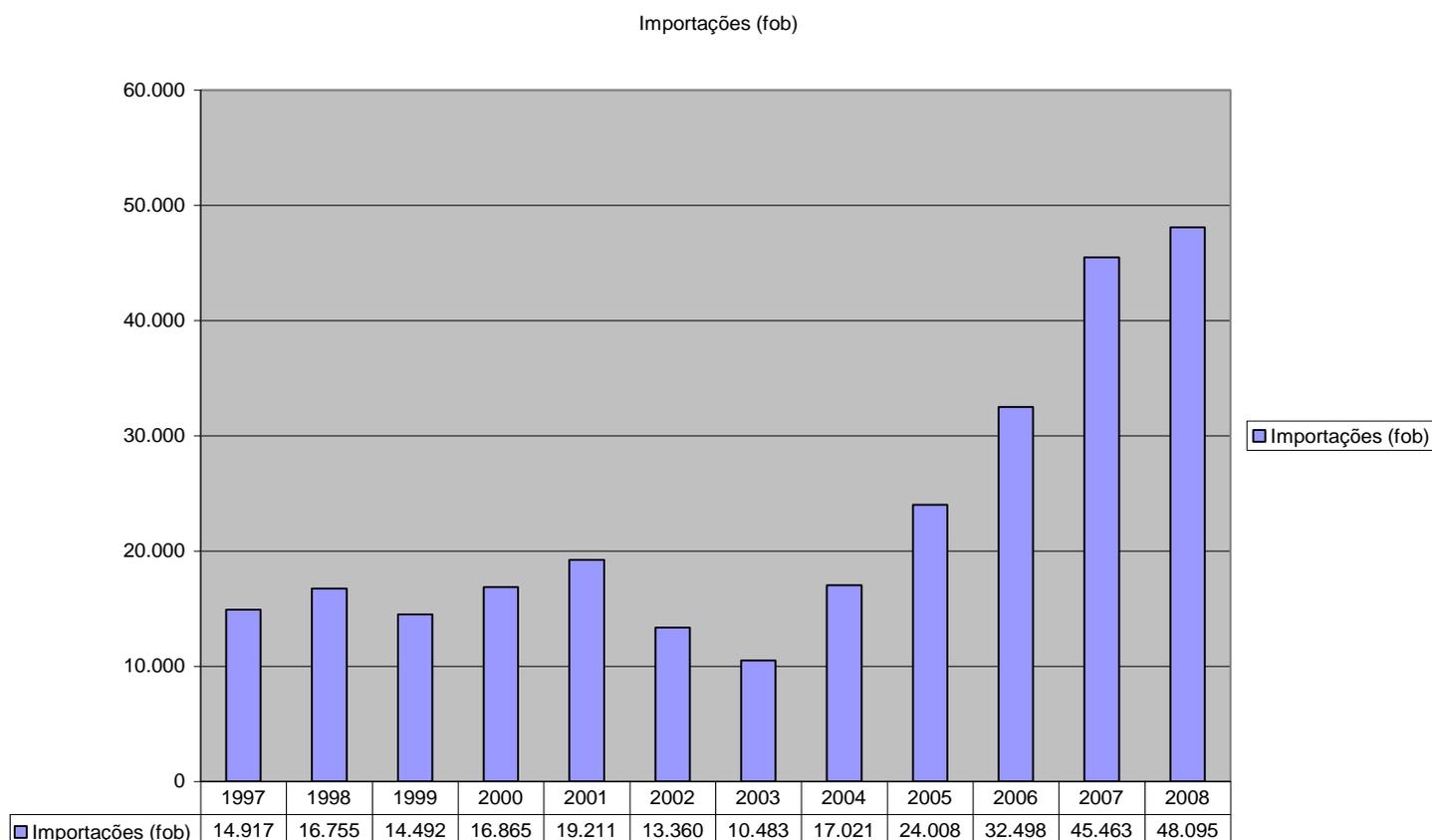
Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009).

Por outro lado, neste mesmo período ocorreu uma grande elevação das importações: entre os anos de 2005 e 2008, houve um aumento de 182,5%, valor bastante elevado mesmo considerando-se a forte aceleração da economia venezuelana nesses anos. No ano de 1997, as importações correspondiam a um valor equivalente a 21,9% do PIB, e a produção de bens

manufaturados a 17,7%; em 2007, as importações saltaram para um valor correspondente a 47,3% do PIB, enquanto a produção de bens de consumo foi de 16,5%.

Portanto, no período em que a economia do país pôde crescer de forma acelerada em função do forte aumento dos preços do petróleo e do volume de exportações, as importações foram as maiores beneficiárias do aumento do consumo e do investimento no país (ver gráfico2).

Gráfico 2. Importações em milhões de dólares (1997-2008)

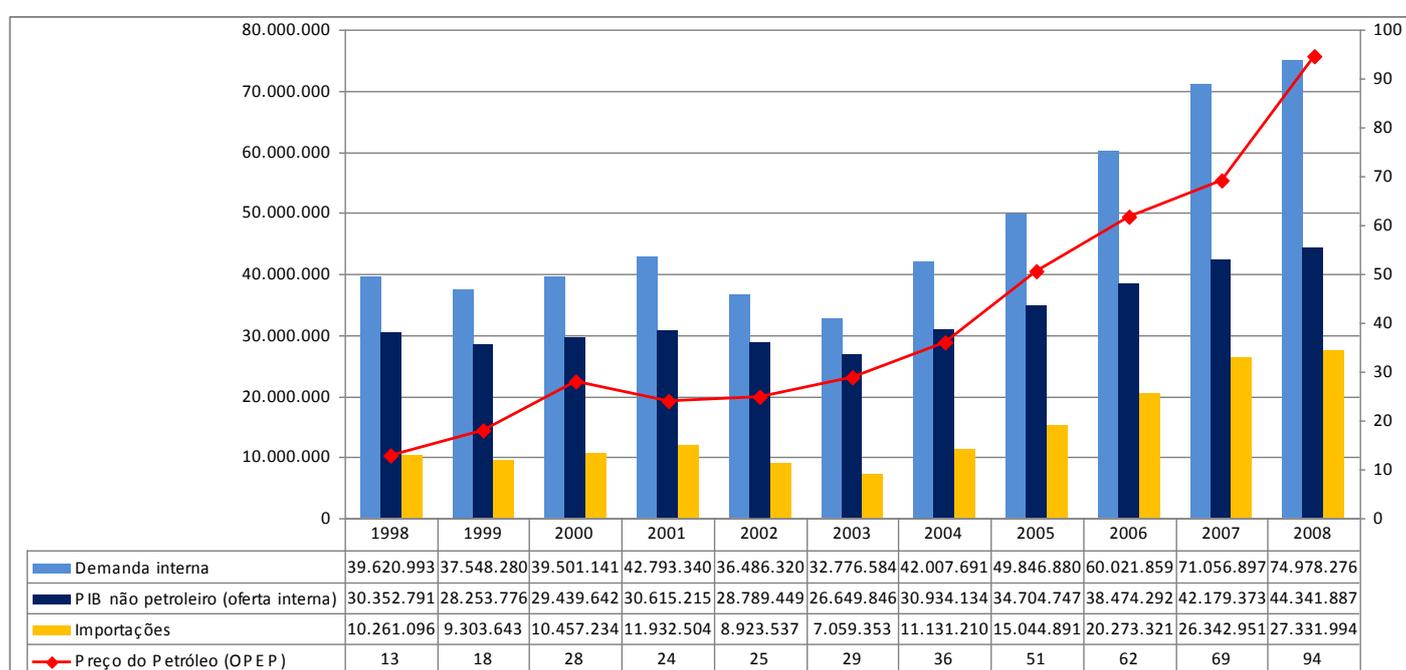


Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009)

O gráfico 3 apresenta as informações relativas ao comportamento da demanda e da oferta internas de bens e serviços, além das importações entre os anos de 1998 e 2008. Desta forma, podemos observar no gráfico que, com as elevações do preço do petróleo de forma mais acentuada a partir de 2003, aumentou cada vez mais a distância entre a demanda e a oferta internas na Venezuela, reafirmando o fato de que o forte crescimento da demanda não tem sido acompanhado pela produção de bens industrializados e agrícolas, havendo um claro

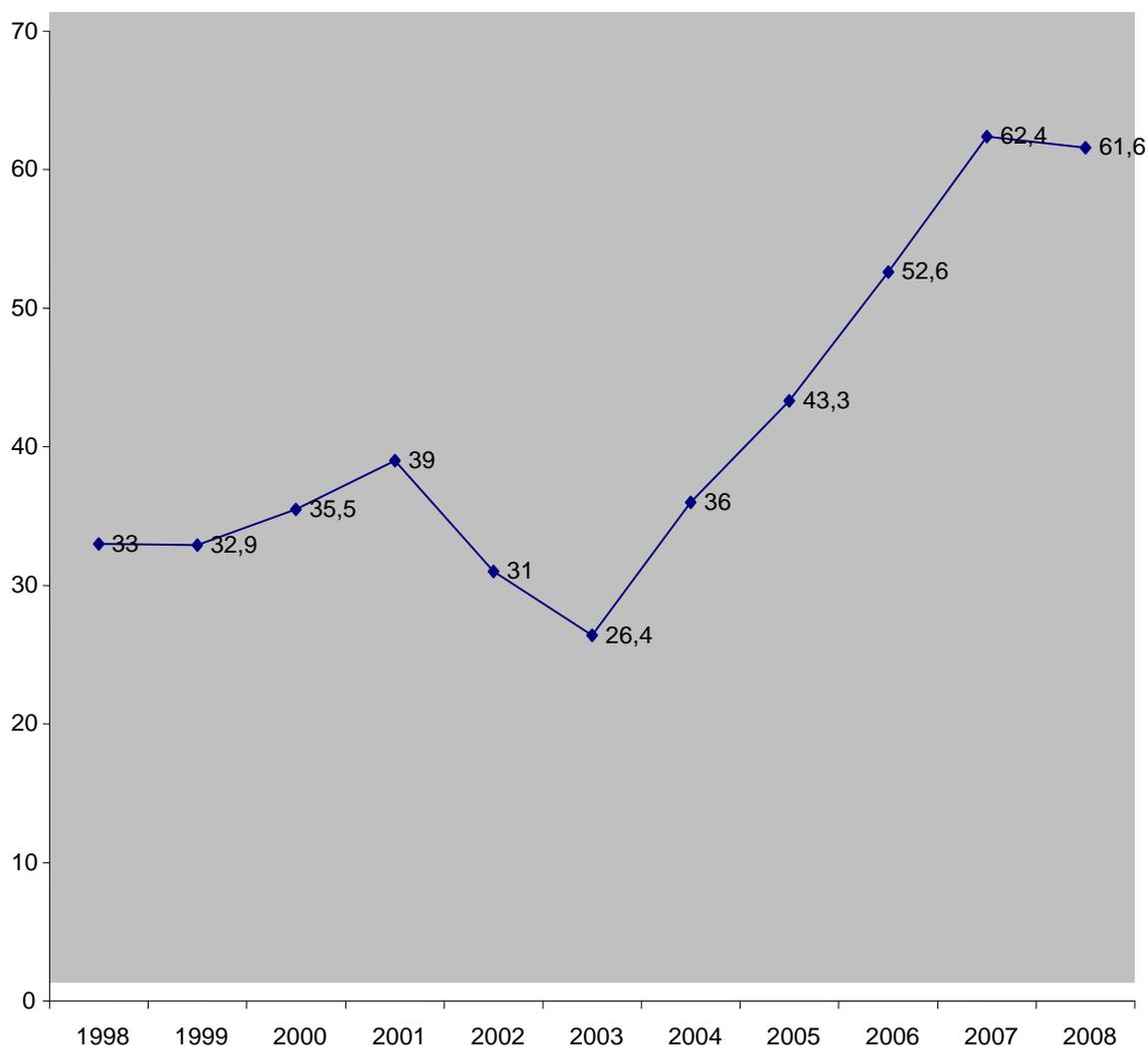
descompasso entre estes dois agregados. A distância entre a demanda interna e a oferta tem sido suprida pelas importações, que aumentaram consideravelmente, com a elevação da demanda interna. No gráfico 3, também podemos observar claramente a dependência da demanda interna em relação ao preço do petróleo, pois sua elevação determina o comportamento da demanda interna do país, que cresceu, de forma mais acentuada, a partir do ano de 2004.

Gráfico 3. Demanda interna, PIB não petroleiro (Oferta interna) e Importações, 1998-2008 (preços constantes de 1997)



Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009)

O gráfico 4 apresenta a evolução do coeficiente de importações durante o período analisado, que mede a parcela da demanda interna atendida pelas importações. Podemos também observar nesse indicador a grande dependência da Venezuela em relação às importações. No ano de 1999, as importações atendiam 32,9% da demanda interna, entretanto no ano de 2008, a participação das importações em relação à demanda interna subiu para 61,6% do total.

Gráfico 4. Coeficiente de importações (1998-2004)

Fonte: Banco Central da Venezuela (BCV). Disponível em: www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp. (2009).

Estes dados são relevantes, pois ajudam na caracterização de uma economia bastante dependente das importações, em que grande parte das necessidades de consumo e investimento é suprida com elas, cabendo ao setor produtivo um papel de coadjuvante em um contexto de forte crescimento da economia venezuelana. Essa percepção quanto à fragilidade da estrutura produtiva do país pode ser também avaliada através da pauta de importações bastante diversificada, destacando-se o grande volume de importações de bens agrícolas e insumos para indústria (consumo intermediário), além de uma variedade de bens de consumo duráveis, como automóveis, celulares, que são importados em grande quantidade (consumo final).

Na tabela 7 são apresentadas as variações percentuais da produção de bens transacionáveis e não transacionáveis, na qual podemos observar que os bens não transacionáveis, compostos pelo setor de serviços (comércio, instituições financeiras e telecomunicações) nos últimos anos têm apresentado um dinamismo bem maior do que o dos setores de bens transacionáveis (agricultura, indústria, petróleo), que apresentou neste período um crescimento mais lento, reforçando o caráter rentista e importador da economia, já que neste período a economia venezuelana apresentou um forte crescimento, devido ao considerável incremento do preço do petróleo, crescimento esse que não foi acompanhado pelos setores produtores de bens agrícolas e industriais.

Tabela 7. Venezuela: Variação percentual da produção de bens transacionáveis e não transacionáveis (2004-2008)

Ano	Bens transacionáveis (Var. %)	Bens não transacionáveis (Var%)
2004	15	17,3
2005	5,7	14,5
2006	3,5	16,2
2007	2,0	11,7
2008	2,3	5,7

Fonte: Banco Central da Venezuela *apud* Maya e Lander (2009).

Neste sentido, não é surpresa o fato de que o setor privado tem sido substituído pelo Estado como o principal gerador de empregos no país, pois, nos últimos anos, de um total de 321.154 de novos empregos, o setor público foi responsável pela criação de 182.931, ou seja, 60% (Maya e Lander, 2009). Essa situação apenas repete um fenômeno estrutural sempre presente na economia venezuelana.

Desenvolvimento do setor industrial no governo Chávez

O comportamento da indústria venezuelana durante o governo Chávez, basicamente manteve a mesma trajetória de baixo crescimento e desindustrialização, que vem afetando o setor nos últimos trinta anos, resultado do fim das políticas protecionistas, da instabilidade política e econômica sofrida pelo país neste período, além dos vários problemas estruturais e da ausência de instituições e políticas adequadas de fomento ao desenvolvimento industrial, que são anteriores ao governo Chávez. Entretanto, esse processo se intensificou durante o seu

governo, quando por volta de 40% das empresas desapareceram nos últimos dez anos na Venezuela (Arenas, 2010).

A produção industrial cresceu entre 1999-2007 em um ritmo consideravelmente menor que o restante da economia - apenas 0,47% - sendo esta a pior média do setor nos últimos quarenta anos no país (Arenas, 2010; Vera, 2009).

Tabela 8. Participação das exportações não petrolíferas na estrutura de comércio

Anos	Relação da taxa de crescimento industrial/taxa de crescimento do PIB global	Participação das exportações não petrolíferas nas exportações totais (média)	Varição das exportações não petrolíferas (%)
1989-1998	0,35	24,01	14,15
1999-2007	0,83	16,05	-7,96

Fonte: Banco Central da Venezuela BCV *apud* Vera (2009).

Na tabela 8 podemos observar que o crescimento da indústria no período Chávez continuou abaixo do da economia em geral, caracterizando o fato de que ele não tem sido capaz de acompanhar o restante da economia: o ritmo de crescimento da produção industrial em relação ao PIB, na Venezuela, foi sempre maior entre os anos de 1950-1989 (Vera, 2009). Além do crescimento insatisfatório da produção industrial nesse período, houve uma queda de 7,96% das exportações não petrolíferas no período 1999-2007 em comparação ao período 1989-1998, demonstrando a pequena competitividade da indústria no período.

A indústria venezuelana, durante o governo Chávez, mais uma vez tem sofrido as consequências da grande elevação dos preços do petróleo, o que tem trazido ao país uma grande quantidade de recursos que não são resultado do aumento da produtividade da economia e, sim, da elevada demanda por petróleo nos últimos anos, o que proporcionou uma grande elevação do seu preço. A principal consequência deste processo é a sobrevalorização da moeda, que diminuiu ainda mais a competitividade da produção industrial do país. Nesse sentido, também se deve destacar que durante o período analisado, o governo não alterou a paridade do bolívar com o dólar em um contexto de aumento da inflação, tendo como resultado uma maior da sobrevalorização da taxa de câmbio venezuelana.

A indústria também tem sofrido as consequências do controle de divisas efetuado pelo CADIVI, pois depende das importações de insumos, máquinas e equipamentos para a produção, e as dificuldades sofridas com o excesso de exigências para a aprovação e a

lentidão para a liberação dos recursos têm obrigado as empresas a suspender a produção por falta de insumos para a produção.

O controle de preços exercido pelo governo também tem criado dificuldades, pois as empresas têm sofrido aumento nos custos de produção e, em função do controle de preços não podem repassar esse aumento para os produtos, situação que, com muita frequência, tem inviabilizado a continuidade da atividade produtiva exercida por estas empresas.

Dessa forma, o elevado crescimento da economia não tem beneficiado o setor industrial, já que o mercado interno tem sido atendido principalmente pelas importações dos produtos industrializados, viabilizadas pelas receitas provenientes das exportações de petróleo.

O Desenvolvimento do setor agrícola produtor de alimentos no governo de Hugo Chávez

O setor agrícola venezuelano apresenta também problemas estruturais causados principalmente pelos efeitos do excesso de dólares no país, em função das exportações de petróleo, pois sempre foi obrigado a competir com as importações de bens agrícolas e matérias-primas de origem vegetal, principalmente em momentos de forte elevação dos preços do petróleo. Essa situação não permitiu que o setor agrícola pudesse crescer de forma satisfatória garantindo a oferta de alimentos necessários à segurança alimentar ao país. Portanto, é historicamente muito dependente das importações de alimentos e insumos de origem vegetal.

De forma geral, ao longo dos anos não foi articulada por parte do Estado uma política de desenvolvimento voltada ao setor, como uma política de preços mínimos adequada, crédito de acordo com as necessidades do setor e articulação com a indústria de alimentos que fomentasse o seu desenvolvimento. A solução adotada sempre foi importar uma quantidade cada vez maior de alimentos, essa na verdade foi a política de segurança alimentar na Venezuela ao longo dos anos (Hernandez, 2009 e Espinoza, 2009).

Dessa forma, qualquer avaliação sobre a política de fomento ao setor agrícola e os resultados em termos da sua evolução e à melhora das condições de segurança alimentar na Venezuela deve levar em consideração os problemas estruturais enfrentados pelo setor agrícola e produtor de alimentos.

O setor agrícola e o problema da segurança alimentar constituem-se em uma das prioridades do governo Chávez, somente atrás do setor petrolífero: na Constituição de 1999, foi criado um marco regulatório em relação aos setores produtores de alimentos que passou a orientar desde a questão fundiária, a garantia constitucional da segurança alimentar como um dever do Estado perante o cidadão, além de comprometer o Estado com a criação de mecanismos de apoio ao desenvolvimento da produção agrícola (Hernandez, 2009).

O governo tem canalizado um grande volume de recursos para o setor agrícola, diretamente ou através da PDVSA e dos diversos fundos criados para esse fim. Somente a PDVSA destinou, através de apoio a projetos e programas do governo para esse setor entre 2004 e 2008, por volta de US\$ 3.400 milhões; o crédito agrícola foi elevado em 364% entre os anos de 2003 e 2008 (Hernández, 2009).

O governo também opera uma rede de distribuição de alimentos composta pelos Mercados de Alimentos (MERCAL) e pela Corporación de Abastecimiento y Servicios Agrícolas (CASA). Além disso, foi formado um sistema estatal e paraestatal de empresas agroindustriais para a produção de leite, cereais, óleo, insumos e serviços agrícolas (Espinoza, 2009; Hernández, 2009).

Entretanto, de forma geral a política de desenvolvimento agrícola não tem conseguido melhorar a situação do setor, pois não houve evolução da capacidade de produção na maior parte das culturas agrícolas, como podemos observar na tabela 9. Com exceção da produção de cereais, todas as demais culturas agrícolas sofreram uma queda na quantidade produzida, durante o governo Chávez.

Tabela 9. Variação da produção de bens agrícolas

Oleaginosas	--14%
Raízes e tubérculos	--14%
Hortaliças	--5%
Leguminosas	--1%
Frutas	--42%
Cultivos tropicais	--12%
Cereais	69%

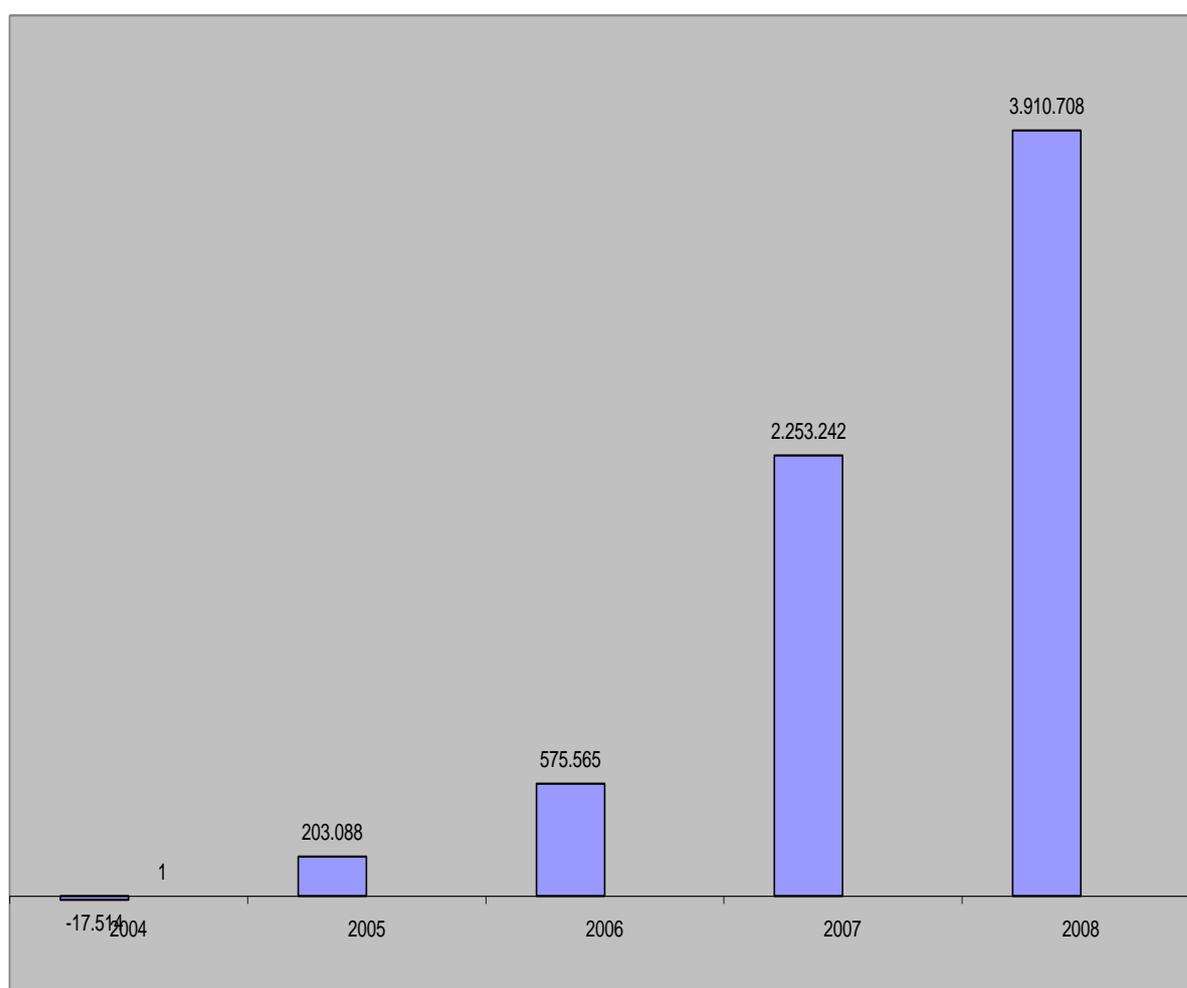
Fonte: Ministério da agricultura e terras (MAT) *apud* Maya e Lander (2009).

O resultado do não crescimento do setor agrícola em um contexto de aumento do consumo foi o desabastecimento de bens alimentícios de origem agrícola e animal, além do crescimento da inflação. A inflação dos alimentos na Venezuela, segundo dados do BCV,

aumentou de 30,9% em 2007 para 46,7% no ano seguinte, mostrando a fragilidade da Venezuela em relação à oferta de bens agrícolas destinados à alimentação.

Além disso, o governo Chávez, repetindo o que vem acontecendo ao longo da história do país, tem se aproveitado do grande fluxo de dólares graças ao elevado preço do petróleo e da sobrevalorização da taxa de câmbio para subsidiar as importações de alimentos. Entre os anos de 2005-2008, ocorreu um incremento de 193% das importações de alimentos (Maya e Lander, 2009).

Gráfico 5. Custo Fiscal em milhões de bolívares fortes (2004-2008)



Fonte: Memorias y cuentas del poder popular para La alimentación (Minal), CASA 2005-2007. Elaborado pelo autor a partir dos cálculos de Hernández, (2009).

No gráfico 5, pode ser observado o custo fiscal para o governo dos subsídios concedidos para as empresas que operam o sistema de distribuição de alimentos. A evolução

do custo fiscal, desde 2004, mostra o quanto de gastos o governo teve que ampliar em subsídios para as importações de alimentos, situação sustentada pelos preços elevados do petróleo, o que comprova, uma vez mais, a fragilidade do setor agrícola venezuelano.

Segundo Hernandez (2009) e Espinoza (2009), a política agrícola do governo Chávez teve sucesso apenas na questão fundiária, pois conseguiu diminuir a quantidade de latifúndios existentes na Venezuela, causando perdas a algumas das mais tradicionais famílias proprietárias de grandes extensões de terras e também aos grandes grupos econômicos detentores de propriedades agrícolas no país. Entretanto, o resultado econômico em termos de aumento da produção agrícola tem ficado longe das necessidades do país, apesar dos recursos gastos pelo governo.

Além disso, nos últimos anos, o governo tem priorizado uma maior intervenção e participação do Estado como produtor, como também tem concedido vários incentivos à participação dos novos atores no processo, que surgiram com o apoio do governo em detrimento dos produtores rurais existentes (Hernández, 2009). As cooperativas agrícolas são um exemplo desse processo, já que, nos últimos anos, tem crescido muito as que são amplamente amparadas com recursos do Estado. Entretanto, apenas 30% estão produzindo (Maya e Lander, 2009).

Desta forma, a política agrícola, durante o período analisado, basicamente, tem como resultado: importações em grande volume de produtos agrícolas com o objetivo de combater a baixa produção interna.

Considerações Finais

Os primeiros anos do governo Chávez foram marcados por um baixo crescimento da economia venezuelana, causados não apenas pela política macroeconômica recessiva, como também pela radicalização do enfrentamento político no país que culminou com a tentativa de golpe em 2002 e, no ano seguinte, a greve petroleira liderada pela PDVSA e apoiada pelas principais empresas privadas, que paralisou a economia do país.

A economia venezuelana, a partir de 2003, voltou a crescer, graças ao início da recuperação do preço do petróleo, que possibilitou ao governo alterar o sinal dela, elevando os gastos públicos, principalmente os sociais que foram privilegiados na distribuição dos recursos petroleiros, definindo claramente uma estratégia de sustentação política baseada no aumento de sua popularidade entre a maioria da população em situação econômica e social

bastante precária. Além dessas medidas, também foi iniciado um movimento de maior domínio sobre ela: também foi instituído o controle de saída de capitais, já que em função das crises políticas nos anos anteriores, ocorreu uma forte fuga de capitais, justificando essa medida. Além disso, passou-se também a controlar os preços dos bens de consumo considerados essenciais à população.

As mudanças na política econômica foram aprofundadas no ano seguinte, pois seria realizado o referendo revogatório em agosto de 2004, e se nele o governo fosse derrotado, o presidente Chávez perderia seu mandato. Essa ameaça fez que o governo ampliasse os gastos sociais e consolidasse as mudanças em sua política econômica em direção à elevação dos gastos públicos, sancionados pela expansão das receitas provenientes das exportações de petróleo. Dessa forma, a partir de 2004, a economia da Venezuela entrou definitivamente em um novo ciclo de crescimento econômico, em função do aumento dos gastos do governo e do consumo privado, sustentados pela forte elevação do preço do petróleo, causada pela grande demanda mundial pelo mineral, processo interrompido pela crise financeira que explodiu em meados de 2007.

Entretanto, o setor produtivo venezuelano não se beneficiou do crescimento da economia do país, destacadamente ocorrido a partir de 2004, e do aumento do fluxo de recursos petrolíferos. Analisando os dados apresentados no presente trabalho, podemos observar claramente que o dinamismo da economia venezuelana praticamente não alterou a situação do setor não petrolífero. Mesmo antes do início das mudanças empreendidas pelo governo em direção ao chamado socialismo do século XXI, o desempenho do setor produtivo esteve sempre aquém do crescimento da economia do país, favorecido pela contínua elevação do preço do petróleo e do fluxo de recursos financeiros recebidos pelo país.

Desta forma, o crescimento econômico claramente não favoreceu o setor produtivo, pois a elevação da renda foi canalizada para as importações, que cresceram fortemente no período, favorecidas pelo grande aumento no consumo. Apesar dos objetivos traçados nos planos de governo em relação ao desenvolvimento do setor produtivo nacional, considerado fundamental para que o país o diversificasse e o tornasse menos dependente em relação às importações de bens de consumo, máquinas, equipamentos, insumos industriais e alimentos, pouco foi realizado para que esses objetivos fossem efetivamente alcançados.

Após a vitória do governo nas eleições em 2006, foi lançada, como principal objetivo para os próximos anos, a transição da economia venezuelana para o que foi denominado,

socialismo bolivariano do século XXI, cujo objetivo principal seria transformar a sua economia em uma economia socialista, em que a busca do lucro seria substituída pela produção de bens e serviços visando o bem-estar da população. Nesse novo modelo de organização da economia, a estrutura produtiva seria dominada pelo Estado através da participação de empresas estatais responsáveis pela produção de uma série de bens e serviços, de cooperativas e das chamadas empresas de produção social, geridas pelos trabalhadores e, em algumas situações, de forma conjunta com o Estado. A grande elevação do preço do petróleo, nesse período, possibilitou ao governo iniciar o processo de criação de empresas estatais que assumiram várias atividades produtivas, como a produção de leite, aço, etc. De forma paralela, passou a canalizar grande volume de recursos em direção às cooperativas e empresas de produção social, com o objetivo de viabilizá-las para que elas pudessem ocupar o espaço até então preenchido pelas empresas privadas.

O setor privado também pouco contribuiu para a construção de um ambiente econômico e institucional favorável à expansão dos investimentos produtivos; pelo contrário, pois desde o início do governo Chávez adotou uma postura de desconfiança e confronto, contribuindo apenas para acirrar as rivalidades e as tensões políticas entre o setor privado e o governo. A partir do momento em que o preço do petróleo passou a crescer, devido ao aumento da demanda mundial, possibilitando ao Estado expandir seus gastos e sustentar o crescimento da economia, o governo passou claramente a atuar no sentido de diminuir os espaços econômicos do setor privado nacional, substituindo por empresas estatais, cooperativas e empresas de produção social. Essas novas empresas têm sido viabilizadas por vários incentivos, isenções de impostos como o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), financiamento abundante, fornecimento de insumos para a produção subsidiados, incentivos que somente são possíveis com utilização dos recursos petrolíferos. Dessa forma, essa política deve ser inserida dentro da lógica de enfrentamento entre o governo Chávez e as elites econômicas do país.

O quadro geral da economia venezuelana durante o governo Chávez foi marcado pelo aumento da dependência em relação aos recursos provenientes das exportações de petróleo; portanto, nesse período, não houve rompimento e, sim, o reforço do modelo rentista. A nova economia socialista proposta tem também se sustentado com a manutenção do preço do petróleo em patamares elevados, possibilitando ao Estado subsidiar as importações necessárias para atender o consumo interno em função da fragilidade do sistema produtivo.

Não houve o rompimento com a velha dependência em relação ao petróleo: ocorreu, na verdade, uma mudança substancial na gerência do modelo, ou melhor, uma troca no grupo político e nos atores que passaram comandar o Estado. Segundo Búfalo (2006), fundamentalmente ocorreu à substituição do velho clientelismo em que foram beneficiados os tradicionais grupos econômicos venezuelanos por um novo sistema clientelista em favor de uma nova classe dirigente e dos setores sociais ligados aos novos dirigentes. Maya (2006), também aponta problemas em relação à capacidade de gerenciamento do Estado no governo Chávez, pois as ações e as decisões tomadas são marcadas por grande voluntarismo e pouco planejamento que não possibilitam ao país superar os problemas históricos em relação à eficiência econômica.

Portanto, a condução da economia interna tem se pautado pelo aprofundamento do modelo rentista, além de um absoluto domínio dos recursos econômicos e das principais estruturas produtivas do país por parte do Estado. Os dados apresentados no presente artigo sinalizam a manutenção dos problemas estruturais dos setores produtivos venezuelanos e uma dependência cada vez maior da economia às importações.

Recebido em março/2012;

Aprovado em abril/2012

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Angel E. Venezuela 2007: Los motores del socialismo se alimentan com petróleo. *Revista de economia política*, volume especial. Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2008. p. 265-289.

ALVAREZ, Mauricio A. "El proyecto político Bolivariano de Venezuela: génesis y trayectoria (1982-2008)". Tese de doutorado (Ciências Sociais). Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso). México, 2009. Disponível em <http://www.flacsoandes.org/dspace/bitstream/10469/1771/3/01>. Acesso em 10/05/2010.

ARENAS, Nelly. La Venezuela de Hugo Chavez: rentismo, populismo y democracia. *Revista Nueva sociedad*, n 229, set-out, 2010, pgs 76-93, Caracas.

_____. "El populismo de Hugo Chávez: revertiendo la democracia venezolana (2004-2007)". *Araucária*, 2009. Disponível em http://centro.us.es/araucaria/nro22/monogr22_4.pdf. Acesso em 21/11/2010.

BANCO Central de Venezuela. Séries estatísticas de Venezuela. “Información estadística”. Disponível em <http://www.bcv.org.ve>. Acesso em: 20/04/2009.

BARROS, Pedro S. “Governo Chávez e desenvolvimento econômico: a política econômica em processo.” Dissertação de mestrado (Economia política). Pontifícia Universidade católica de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em HTTP://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-06-21-T10:47:57Z-3594/Publico/PEDRO%20SILVA%20BARROS.pdf. Acesso em: 20/01/2009.

BLANK, Carlos A. “El gasto social durante los períodos presidenciales de Hugo Chavez: 1999-2009”. *Cuadernos del Cendes*, n73, jan-abril, 2001. pgs 31-70, Caracas.

BUFALO, Enzo, D. Impactos e tendencias de los cambios. Segunda parte. I: “Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay”. Pgs 68-75, Disponível em biblioteca virtual. [Clacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segunda parte.pdf](Clacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segunda%20parte.pdf). Acesso em 10/11/2010.

CEPAL. “Cuadernos Estadísticos”, 1950-2002. Disponível em www.eclac.deyepc.cuaderno32. Acesso em 13/11/2008.

Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Disponível em [/www.mpd.gob.ve/prog-gob/ind_docofi2](http://www.mpd.gob.ve/prog-gob/ind_docofi2). Acesso em 7/01/2010.

CHIRINOS, Norbis, M. e GONZÁLEZ, Sorayda R. “Caracterización de la política social y la política económica Del actual gobierno venezolano 1999-2004”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 12, n 2. Universidade Central de Venezuela, Caracas, 2006. pgs 31-57.

ESPINOZA, Augustin M. “El sector agrícola y el abastecimiento, alimentário em los países exportadores de petróleo: el caso venezolano”. *Revista Venezolana de Economía e Ciencias Sociales*, vol8, n2, maio-ago, 2008. pgs 103-128, Caracas.

_____. “La cuestión agroalimentaria em Venezuela”. *Nueva Sociedad*, n 223, set-out ,2009. pgs 128-145, Caracas.

FLORES, Fidel P. “A Venezuela depois do referendo: avanços e recuos do projeto socialista de Hugo Chávez. Observador on-line, v.3,n.7, julho de 2008”. Disponível em http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/41_observador_topico_Observador_v_3_n_7.pdf. Acesso em 16/09/2010.

GONÇALVES, Reinaldo. “Rupturas e macrocenários”. *Revista Oikos*, vol. 8, n.2, 2009, pgs 201-222, Rio de Janeiro.

GRANADILLO, Andrés S. 1999-2009. “La economía em diez años de gobierno revolucionário”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 14, n3, Setembro-dezembro de 2008, pgs 83-119, Caracas.

GUERRA, José A. “Caracterización de la política económica em el modelo Estado- gobierno venezolano”. Instituto Latino americano de Investigaciones Sociales. Fevereiro de 2009. Disponível em www.ildis.gov.ve. Acessado em 21/07 2010.

_____. “El confuso socialismo do século XXI”. Disponível em www.analítica.com/media/5632705.pdf. Acessado em 25/11/2010.

HERNANDÉZ, Juan, L. “Evolução agroindustrial na Venezuela”. *Cuadernos del Cendes*, n 72, set-out, 2009. pgs 67-100, Caracas.

HELLNER, Steve. “La primera década Del gobierno de Hugo Chávez. Logros y desacertos”. *Cuadernos del Cendes*, n 74, maio-ago, 2010. pgs 27-50, Caracas.

HELLNER, Steve e HELLINGER, Daniel. “La política venezolana en la época de Chavez: clases, polarización y conflicto”. Caracas. *Nueva Sociedad*, 2003.

La propuesta de Hugo Chávez para transformar la Venezuela. Uma revolução democrática. Disponível em www.mpd.gob.ve/prog-gob/prog_gob. Acesso em 5/01/2010.

LANDER, Edgardo e NAVARRETE. “La política económica de la izquierda latino americana em el gobierno”. Disponível em www.tni.org. Acessado em 21/08/2009.

Líneas Generales Del Plano de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. Disponível em www.mpd.gob.ve/pdeysn/plan. Acesso em 10/10/2009.

LOPES, Ademil, L. “O Governo Chávez e o Ensaio de Superação do Rentismo Venezuelano: Do Nacionalismo Bolivariano ao Socialismo do Século XXI”. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Araraquara, 2011.

MALDONADO, Victor. 2008: “año de escasez, desabastecimiento o especulación”. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales. Abril de 2008. Disponível em www.ildis.gov.ve. Acessado em 21/07 2010.

MAYA, Margarita, L. “La construcción de contrahegemonia: notas sobre la concepción del desarrollo económico em el proyecto bolivariano”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 12, n 2. Universidade Central de Venezuela, Caracas, 2006. pgs 157-163.

_____. Impactos e tendências de los cambios. Segunda parte. I: **Los gobiernos progressistas em debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e Uruguay**. Pgs 63-68. Disponível em biblioteca virtual. [Clacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segunda parte.pdf](http://Clacso.org/ar/libros/ediciones/elias/segunda%20parte.pdf). Acesso em 10/11/2010.

MAYA, Margarita e LANDER, Luis S. “El socialismo rentista de Venezuela ante la caída de los precios petroleros internacionales”. *Cuadernos del Cendes*, n 71, maio-ago, 2009. pgs 67-87, Caracas.

PETROLEOS DE VENEZUELA, AS (PDVSA). Relatório financeiro 2006/2007. Disponível em www.pdvsa.com/. Acesso em 20 /04/2009.

Proyecto Nacional Simon Bolívar. Primer Plan Socialista (PPS). Desarrollo económico y social de La Nación 2007-2013. Disponível em www.oncti.gob.ve/pdf/PROYECTO-NACIONAL-SIMON-BOLIVAR. Acesso em 10/12/2009.

RAMÍREZ, Carlos S. L. “Eleições presidenciais na Venezuela 2006: consolidação do projeto da “Revolução Bolivariana” e reafirmação da oposição democrática”. Promessas e esperanças na América Latina 2006. *Cadernos Adenauer*. Ano 7, n4, 2006, p.103-115.

SAINT, Upéry Mark. “El enigma bolivariano. Ochoprguntas yochorespuestas sobre La Venezuela de Hugo Chávez”. *Archipelago. Revista de análisis político y cultural*. N. 1, octubre-diciembre, p.28-46, 2007.

SOUZA, Romina Batista de Lucena De. “O desenvolvimento econômico da Venezuela, 1950/2006”. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS). Porto Alegre, 2008.

VERA, Leonardo. “Cambio estructural, desindustrialización y perdidas de productividad: evidencia para Venezuela”. *Cuadernos del Cendes*, n17, maio-ago, 2009. pgs 89-115, Caracas.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: Mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 55, São Paulo, pgs 153-172.